

MARIA RIZONEIDE PEREIRA DOS SANTOS

**Núcleos da Cultura Caiçara em Iguape e a Confecção da Rabeca**

CELACC/ECA-USP

2013

MARIA RIZONEIDE PEREIRA DOS SANTOS

**Núcleos da Cultura Caiçara em Iguape e a Confeção da Rabeca**

Trabalho de conclusão do curso de pós-graduação em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos, produzido sob orientação do Prof. Dr. Silas Nogueira.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pela vida e por atender minhas orações.

Aos meus pais pela ajuda financeira e por compreenderem que o conhecimento é capaz de mudar o destino das pessoas.

Ao meu marido, Tiago, que sempre me deu o apoio necessário para não desistir dos sonhos.

Aos caixaras entrevistados durante o trabalho de campo pela acolhida, disposição e paciência para com esta pesquisadora.

Ao professor Silas Nogueira por compartilhar seu conhecimento em aula e nas orientações.

Aos professores que durante um ano e meio fizeram das aulas espaços de descobertas, discussões e reflexão sobre a gestão de projetos culturais.

Aos amigos de classe por tornar os meus sábados mais aguardados.

À minha equipe do Sesc/Santos que possibilitou as trocas do sábado de folga e as universitárias amigas que sempre me trouxeram os livros que me ajudaram a concluir esta pós-graduação.

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram com a conclusão desta etapa da minha vida.

## **Núcleos da Cultura Caiçara em Iguape e a Confeção da Rabeca**

MARIA RIZONEIDE PEREIRA DOS SANTOS<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Este artigo traz um recorte histórico crítico sobre as tradições caiçaras no município de Iguape. Focando na confecção e no tocar do instrumento rabeca, nos deparamos com a realidade de lutas de grupos como a Associação Jovens da Juréia, Artesãos da Vila Nova e o Grupo de Fandango do Rocio, expressões atuais da cultura caiçara.

**Palavras-chave:** Tradição, Cultura Caiçara, Rabeca, Resistência.

### **ABSTRACT**

This article provides a critical historical outline of caiçara's traditions in municipality of Iguape. Focusing on producing and playing the rabeca, we encountered a reality of struggles for groups such as Associação Jovens da Juréia, Artesãos da Vila Nova and Grupo Fandango do Rocio, current expressions of caiçara's culture.

**Key words:** Tradition, Caiçara Culture, Rabeca, Resistance

### **RESUMEN**

En este artículo se presenta un recorte histórico crítico sobre las tradiciones “caiçaras” en la ciudad de Iguape. Enfocando en la confección y en el tocar del instrumento llamado rabeca, nos encontramos con la realidad de la lucha de grupos como la Asociación Jóvenes del Juréia, los Artesanos de Vila Nova y el Grupo de Fandango Rocio, expresiones actuales de la cultura “caiçara”.

**Palabras -clave:** Tradición, Cultura Caiçara, violín, Resistencia.

---

<sup>1</sup> Jornalista graduada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e pós-graduanda em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos pelo Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC/ECA – USP). Orientador: Prof. Dr. Silas Nogueira. Email: [mariaper84@gmail.com](mailto:mariaper84@gmail.com)

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO.....</b>	<b>5</b>
<b>2.RIO RIBEIRA DE IGUAPE E A FORMAÇÃO DO VALE.....</b>	<b>7</b>
<b>2.1 O VALE CULTURAL.....</b>	<b>10</b>
<b>2.2 MEIO AMBIENTE E O CAIÇARA.....</b>	<b>11</b>
<b>2.3 CAIÇARAS.....</b>	<b>12</b>
<b>3.CONCEITUAÇÃO DE CULTURA, TRADIÇÃO E CAIÇARA.....</b>	<b>16</b>
<b>4.FORMAS DE RESISTÊNCIA .....</b>	<b>19</b>
<b>4.1 RABECA, FANDANGO E GRUPO DO ROCIO.....</b>	<b>19</b>
<b>4.2 UNIÃO DOS MORADORES E ASSOCIAÇÃO JOVENS DA JURÉIA .....</b>	<b>24</b>
<b>4.3 NÚCLEOS DE ICAPARA E VILA NOVA .....</b>	<b>27</b>
<b>5.CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>32</b>
<b>6.REFERÊNCIAS.....</b>	<b>35</b>
<b>APÊNDICES – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS .....</b>	<b>39</b>
<b>ANEXOS – FOTOS .....</b>	<b>63</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo analisa as possibilidades de preservação da cultura caiçara a partir da confecção e domínio da rabeca. A técnica de fabricação e toque deste instrumento, antigamente passado de pai para filho pelos caiçaras, hoje, se perde com os mais velhos da comunidade. Analisando grupos e representantes da cultura caiçara no município de Iguape, São Paulo, pretende-se verificar de que forma estão organizados e o que têm feito no sentido de preservar esta e outras tradições.

Neste trabalho, é utilizado o termo cultura tendo por base a concepção antropológica apontada por Roque Laraia. Também perpassa pela criação das tradições e de como ela acontece nas sociedades, por Eric Hobsbawn, além das definições de cultura popular extraídas dos textos de Marilena Chauí e pelos estudos anteriormente realizados sobre a cultura caiçara, organizados por Antônio Carlos Diegues em uma enciclopédia.

A hipótese norteadora é a de que, fora do seu território as comunidades caiçaras se viram obrigadas a se organizar de formas diferentes para conseguir manter ou preservar muitas das tradições. Com novas formas de convívio social e permeados na chamada cultura moderna, atraente às gerações mais novas, se tornou cada vez mais difícil a transmissão de conhecimento e saberes caiçaras.

A estratégia metodológica utilizada foi a de uma análise histórica e crítica sobre a realidade atual das comunidades caiçaras do município de Iguape depois de quase trinta anos da criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins. Para isso foram realizadas visitas aos grupos que aparecem neste artigo, a Associação Jovens da Juréia (AJJ), a União dos Moradores da Juréia (UMJ), Grupo de Fandango do Rocio e Artesãos de Vila Nova, como parte do método etnográfico de observação participante. O acompanhamento da produção da rabeca, assim como nas ocasiões em que são utilizadas, ajudou na compreensão de uma possível identidade caiçara. Porque, como explica Ferreira: “é na experiência do trabalho de campo que se desenvolvem todas as potencialidades de intercâmbio entre sujeito e objeto, no sentido proposto pelo método dialético”. (2006: p. 127). A técnica da observação participativa é um método utilizado principalmente nas pesquisas etnográficas, como aponta Telmo Caria: [...] “ao pretender compreender, tem para isso que “viver dentro” do contexto em análise [...] o instrumento principal de recolha de dados é a própria pessoa do investigador, através de um procedimento geralmente designado por observação participante” (2002: p. 05). O mesmo

autor fala em conceber a etnografia como um lugar de fronteira, onde o pesquisador “está dentro para compreender, mas ao mesmo tempo tem que estar fora para racionalizar a experiência e poder construir um objeto científico legítimo. Tem que se pensar a si próprio na relação com o outro” (CARIA, 2002: p. 05).

Foram realizadas entrevistas com alguns dos artesãos, tocadores de rabeca e moradores da região. Estas de caráter qualitativas partem da definição de Duarte (2005 p. 64): “A entrevista em profundidade é uma técnica dinâmica e flexível, útil para a apreensão de uma realidade tanto para tratar de questões relacionadas ao íntimo do entrevistado, como para descrição de processos complexos nos quais está ou esteve envolvido”. Mesmo porque nesse modelo, as entrevistas podem ser abertas ou semiabertas, o que como explica Duarte (2005), a primeira (aberta) parte de um assunto central onde o pesquisador não possui um roteiro e realiza as perguntas conforme o desenrolar do tema, a outra (semiaberta) possui um roteiro-base de perguntas que serve como guia para o entrevistador. Outra característica das entrevistas em profundidade é que elas têm como resultado respostas indeterminadas, dando livre poder de fala ao entrevistado.

Sempre na tentativa de compreensão do corpus de análise que é a cultura caiçara na cidade de Iguape. Através de leituras e ao observar a realidade é que o pesquisador consegue identificar problemáticas que podem servir para novas investigações científicas. A partir do estudo da dinâmica cultural e social desses indivíduos é possível verificar de que forma estão se articulando para manter viva a identidade caiçara. Quando falamos em uma identidade caiçara entendemos como sendo aquela apontada por Hall (1992), como a de “pertencimento”.

A análise dos caiçaras de Iguape é realizada devido ao fato que nesta região foi criada, em 1986, a Estação Ecológica da Juréia-Itatins. Muitos dos que lá viviam foram obrigados a deixar seus territórios. Hoje, quase trinta anos depois, apesar de alguns terem se estabelecido de forma definitiva nas periferias da cidade, ainda assim, encontramos grupos organizados que lutam para retornar às suas terras. Na tentativa de retorno foram criadas associações, uniões e grupos que se organizaram e realizam atividades como: oficinas, palestras e discussões sobre políticas públicas para os caiçaras.

## 2. RIO RIBEIRA DE IGUAPE E A FORMAÇÃO DO VALE

Sabe-se que a costa brasileira no século XV era habitada desde a barra de Cananéia até o Rio Grande do Sul por tribos tupis-guaranis (FERNANDES, 2005). O povoado dos Carijós, grupo étnico pertencente àquela tribo, localizava-se na região sul do Estado de São Paulo e Norte do litoral paranaense. Padre Vieira dos Santos os descreveu em seus manuscritos, como afáveis, e por isso, os primeiros a serem apreendidos pelos Vicentistas. (FERNANDES, 2005: p.133). Assim começa a história já conhecida da colonização do Brasil, primeiro com os jesuítas catequizando os índios, os colonos aprisionando os mesmos e por fim, a mistura do branco e o índio gerando o mestiço.

A região do Vale do Ribeira abrange municípios do sul do estado de São Paulo e nordeste do Paraná. A bacia do Rio Ribeira de Iguape, cujo rio principal tem o mesmo nome, tem um percurso de 470 quilômetros. O rio nasce na Serra das Almas, em Cerro Azul município do Paraná, e deságua parte no Mar Pequeno pelo canal do Valo Grande, e no oceano, na Barra do Ribeira em Iguape. A população que vive nesta região gira em torno do rio e do mar, personagens importantes, que marcaram e marcam os ciclos econômicos desde a mineração, passando pelas lavouras de arroz, chá e mais atualmente, a cultura da banana.

A história da região está atrelada aos primeiros anos de colonização do país. Cidades como Cananéia fundada em 1531 e Iguape em 1538 aparecem nos livros de história como áreas de conflito entre Espanha e Portugal sobre o marco ao sul do Tratado de Tordesilhas<sup>2</sup>.

*[...] Assim reconheceu ipso facto que seus domínios não iam além das terras de Santana na Laguna. Os espanhóis estendiam, porém, suas pretensões mais para o Norte. Em 1534, Rui Mosquera, estabelecido no Iguape, repeliu com vantagem um ataque de Pero de Góis e saqueou S. Vicente. Diversos documentos oficiais contemporâneos traçam a linha divisória desde Cananéia e até desde S. Vicente. (ABREU, 1975: p.69).*

Porto de passagem de portugueses, castelhanos e franceses, a região é citada novamente quando por vez da divisão das capitanias hereditárias e o povoamento português no Brasil.

*A divisão das capitanias parou cerca de Laguna, em Santa Catarina, sem tocar o Prata, [...].*

---

<sup>2</sup> “O convênio assinado em 7 de junho de 1494 manteve o princípio promulgado pelo Papa: a divisão do mundo em dois hemisférios, pertencente um a Portugal, outro à Espanha [...]”. (ABREU, 1975: p.68).

[...] A expansão colonial devia exigir muito tempo para atingir mesmo Laguna; quando Simão de Vasconcelos publicou, em 1663, sua *Crônica da Companhia de Jesus*, a ocupação efetiva esbarrava em Cananéia. (ABREU, 1975: p. 153).



Figura 1 Tratado de Tordesilhas

Já na primeira metade do século XVII, Cananéia funcionava como um entreposto para suprir as tropas de portugueses que lutavam contra os espanhóis na Bacia do Prata. Iguape, por sua vez, era procurada pelos aventureiros que buscavam ouro encontrado nas margens dos rios. “Em 1635, já existia a Casa da Oficina Real de Fundição de Ouro, a primeira Casa da Moeda do Brasil, hoje Museu Municipal de Iguape”. (MAGALHÃES, 2003: p. 55). Em busca de riquezas, os colonizadores seguiram em direção ao interior do Vale do Ribeira.

A descoberta de ouro na Serra de Paranapiacaba<sup>3</sup> intensificou a navegação pela rede fluvial levando assim a formação de novos povoados, que hoje são cidades como Registro, Eldorado, Juquiá, Jacupiranga e Sete Barras.

Com o fim do ciclo do ouro, no século seguinte, a região se tornou apenas mais um povoado próximo dos rios. O Vale do Ribeira passou por um longo momento de estagnação.

<sup>3</sup> A Serra do Paranapiacaba é o divisor de águas entre a Bacia Hidrográfica do rio Ribeira de Iguape, cujos rios seguem em direção ao Oceano Atlântico ainda em São Paulo, e a Bacia Hidrográfica do rio Paranapanema, cujas águas correm em direção à Bacia do Prata, sendo o rio Paranapanema afluente do rio Paraná. (SANO, 2007)



Figura 2 Municípios do Vale do Ribeira

No século XIX e XX, os terrenos alagadiços do Vale do Ribeira vinham sendo aproveitados para a plantação de arroz, que passou a ser comercializado em Iguape e de lá exportado para a Europa. A riqueza obtida com a exportação do arroz reverteu para a cidade em construção de residências de grande porte, engenhos, jornais, companhias de teatros e uma nova igreja Matriz.

Além do arroz, outros produtos provenientes do Vale do Ribeira eram transportados até um porto fluvial às margens do Rio Ribeira, próximo à cidade e de lá, por via terrestre, até o porto marítimo onde embarcavam em grandes navios. Com o intuito de facilitar e baratear o escoamento, de um porto a outro, foi solicitado à Câmara uma licença para a abertura de um canal de quatro metros de largura e dois quilômetros de extensão. Segundo Carneiro (2007), pelos documentos analisados o canal teve suas obras iniciadas em agosto de 1827, pelo lado sul.

*Tão logo as obras do canal foram concluídas, a cidade já começou a sentir os primeiros efeitos dessa interferência no meio. [...] No ano de 1876 os vapores e embarcações à vela que demandavam este porto, ancoravam em frente ao cais do 'Porto Grande' em distância menos de 100 metros; tempos depois eram obrigados a ancorarem em frente ao 'Morro do Espia', distante mais de um quilômetro do 'Porto Grande'. (CARNEIRO, 2007: p.55-56).*

A obra, por fim, não trouxe os resultados esperados e a areia trazida pelo rio em vez de se depositar na sua barra, foi assorando o porto de Iguape, o que diminuiu a profundidade do Mar Pequeno e com isso, dificultou a navegação no local desativando o porto marítimo. Além

disso, a cidade teve várias partes inundadas pelo Rio Ribeira, as espécies marinhas foram seriamente comprometidas prejudicando o trabalho e a renda de muitas famílias caiçaras.

Conforme Young (1903, apud CARNEIRO, 2007: p. 58), a partir de 1876 o assoreamento já era visível, dia-a-dia as margens do canal eram carregadas pela correnteza e entulhadas no Mar Pequeno. A primeira tentativa de fechar o Valo Grande, como ficou conhecido o canal, data de 1894.

Somente em 1978, com a construção de uma barragem, em sessão presidida pelo então governador do Estado de São Paulo, Paulo Egídio Martins, o Valo Grande foi fechado. (CARNEIRO, 2007) Porém já se fazia mais de cem anos da abertura do canal, regiões antes inundadas tornaram-se áreas produtoras de bananas, além da cultura do chá com os imigrantes japoneses no Vale do Ribeira. (MAGALHÃES, 2003).

O fechamento do canal do Valo Grande pela barragem parecia ser a solução, mas as consequências foram desastrosas.

*O que passou a ocorrer, então, foi que o leito original do Rio Ribeira estava consideravelmente modificado por assoreamento e havia intensa ocupação das áreas ribeirinhas outrora inundáveis. [...] Áreas inteiras ocupadas por bananais e pequena agricultura familiar, em bairros até então prósperos, como Jipovura e Peroupava, passaram a ser inundados, levadas de moradores da zona rural seguiam em direção à cidade. (CARNEIRO, 2007: p. 61).*

Nos anos de 1981 e 1983, as chuvas inundaram as áreas de cultivo, trazendo prejuízo e doenças para os moradores locais. Depois de vários estudos, a barragem foi aberta parcialmente, assim controlar as inundações acima do canal e, aos poucos, reintroduzir as espécies de peixes e crustáceos no Mar Pequeno, com o aumento da salinidade das águas.

Atualmente, em épocas de muita chuva, os municípios que ficam acima do canal e são ribeirinhos ainda sofrem com as inundações.

## **2.1 O VALE CULTURAL**

Segundo o banco de mapas do Sistema de Informações Territoriais, órgão do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Vale do Ribeira no estado de São Paulo é composto por 25 municípios, Itapirapuã Paulista, Barra do Chapéu, Itaóca, Apiaí, Ribeira, Ribeirão Branco, Iporanga, Barra do Turvo, Eldorado, Cajati, Jacupiranga, Cananéia, Pariquera-açú, Registro, Sete Barras, Ilha Comprida, Iguape, Juquiá, Tapiraí, Miracatu, Pedro de Toledo, Itariri, Juquitiba, São Lourenço e Peruíbe.

A história reuniu índios, negros e descendentes de portugueses e espanhóis no Vale do Ribeira. O estado de São Paulo, segundo dados da FUNAI, possui 2.716 índios que fazem parte das etnias Guarani, Guarani M'Bya, Nhandeva, Kaingang, Krenak, Pankararu e Terena. Encontramos no Vale 12 aldeias Guaranis com cerca de 400 índios no total. As terras indígenas oficializadas estão localizadas nos municípios de Itariri e Peruíbe. Mas, os índios são encontrados em várias cidades da região vendendo seus artesanatos nas feiras e festas.

No Vale do Ribeira os negros são representados pelos remanescentes de quilombos, os quilombolas. Grupos descendentes diretos dos escravos que vieram para essa região na época da mineração do ouro e das lavouras de arroz no município de Iguape. Segundo dados do Sistema de Informações Territoriais, os quilombolas somam, hoje, 29 grupos: cinco na cidade de Barra do Turvo, sete em Cananéia, nove em Eldorado, um no município de Iguape, um em Itaóca e seis em Iporanga.

Os caiçaras são originários da miscigenação de índios, portugueses e negros durante os primeiros anos da colonização. (ADAMS, 2000). Numa relação um tanto quanto de equilíbrio com o meio ambiente, os caiçaras cultivam uma agricultura itinerante, pescam de forma artesanal, caçam, extraem vegetais e realizam serviços para terceiros, geralmente para turistas. Segundo Adams, “Entretanto, as populações caiçaras sempre estiveram inseridas numa economia global, mantendo ligações entre si e com centros urbanos ou semiurbanos através de relações econômicas e de dependência política e religiosa” (ADAMS, 2000, p.144). As festas caiçaras, por exemplo, o Fandango e a Folia de Reis são tradições de origem portuguesa e espanhola.

Como a principal característica dos caiçaras é a atividade da pesca, esses grupos vivem nos municípios litorâneos. No Vale do Ribeira eles estavam dentro da Estação Ecológica Juréia-Itatins em Iguape, nas cidades de Cananéia e Ilha Comprida. Alguns caiçaras moram nos centros urbanos, mas mantêm as tradições da pesca artesanal e o profundo conhecimento do ecossistema regional. (SOUZA, 2004).

## **2.2 MEIO AMBIENTE E O CAIÇARA**

O Vale do Ribeira possui praias ainda virgens, florestas conservadas, cavernas inexploradas, e muita história, o que tem atraído turistas e o setor imobiliário.

A região da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira conserva em seu território o maior e mais conservado remanescente contínuo da Mata Atlântica. Por causa da sua topografia e de áreas de difícil acesso, o Vale possui terrenos conservados com suas características originais

que são mantidas como Área de Proteção Ambiental (APA). Essas áreas são os Parques Estaduais, unidades de proteção integral, desenvolvidas para estudo, pesquisa, educação ambiental, recreação e turismo. As terras são propriedades públicas e nenhuma atividade exploratória é permitida.

No Vale do Ribeira são quatro as Estações Ecológicas: Juréia-Itatins, Chamás, Tupiniquins e Xituê, definidas como áreas representativas de ecossistemas brasileiros, 90% do ambiente é preservado integralmente, ficando os 10% restantes disponíveis para a realização de pesquisas. Nas Estações Ecológicas, ficam proibidas as visitas públicas, só sendo permitidas interferências humanas que visem à restauração de ambiente modificado, o manejo das espécies e a coleta para fins de pesquisa.

As Unidades de Uso Sustentável (UUS) também fazem parte das APAs, porém, essas além de serem criadas para proteção e conservação do meio ambiente, têm ainda um fator econômico e visam à melhoria da qualidade de vida das populações locais. Parte dos recursos dessas reservas é usada de forma sustentável para aquisição de renda aos moradores da unidade. Outra categoria de UUS são as Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), geralmente territórios de pouca extensão, com o mínimo de ocupação humana ou nenhuma, e com características extraordinárias, como abrigo para animais raros ou plantas.

No Vale do Ribeira, as populações se dividem entre os caboclos, caiçaras, descendentes de índios, mulatos e outras etnias, além dos imigrantes japoneses que chegaram ao início do século XX. “Toda a sua cultura está intimamente ligada às águas, sejam elas dos rios, estuários, manguezais ou do mar”. (MAGALHÃES, 2003: p. 63). Assim, a região luta para conciliar a sobrevivência da rica cultura regional, o meio ambiente e o desenvolvimento dos municípios.

### **2.3 CAIÇARAS**

No litoral paulista são conhecidos como caiçaras os homens e mulheres que vivem da pesca e da pequena agricultura. O termo caiçara, segundo Eurípedes Simões de Paula (1934 apud Simão e Goldman 2005: p.116), vem de *caa-iça* (cerca de mato) e significa os que moram atrás da cerca. A terminação dada refere-se talvez, aos índios que não eram aldeados, no sentido de serem covardes, medrosos, desprezíveis.

Pouco a pouco, assimilando alguns costumes e extinguindo outros, portugueses, espanhóis, índios e em menor proporção, mas também presente, o negro, foi formando essa mescla de mestiços chamados de caiçaras. (SIMÃO E GOLDMAN, 2005). Não basta ter

nascido no litoral para ser caíçara, porém, considera-se território destes grupos o espaço litorâneo entre o sul do Rio de Janeiro e o Paraná.

*Pode-se partir da hipótese que as povoações e os “sítios” caíçaras surgiram nos interstícios e no período pós-desorganização das monoculturas coloniais e pós-coloniais como a cana-de-açúcar, no litoral sul do Rio de Janeiro e norte de São Paulo, e de arroz, no Vale do Ribeira e litoral sul de São Paulo. (DIEGUES, 2005: p. 277).*

Historicamente, são poucos ou nulos os registros em documentos oficiais da presença dos caíçaras, em grande parte ignorados: “Os documentos oficiais se referem à história das vilas e câmaras municipais e raramente tratam dos assuntos da ‘arraia-miúda’ que vive fora delas,[...]” (DIEGUES, 2005: p.273).

É somente a partir da década de 1940 que surgem os primeiros trabalhos de pesquisa de geógrafos e antropólogos sobre os caíçaras. Para Willems, (1952 apud Diegues 2005, p. 274) assim como para outros autores, a cultura caíçara faz parte da cultura crioula<sup>4</sup> mais o resultado da contribuição de europeus, negros e índios.

Características da organização dessas comunidades são apontadas por Diegues (2005),

*O fato de não utilizarem a escrita, de serem sociedades em que o conhecimento é gerado e transmitido pela oralidade, por meio de um linguajar particular, de conhecerem os ciclos naturais e dependerem deles para sua sobrevivência, de viverem em pequenos aglomerados com atividades organizadas no interior de unidades familiares, em que técnicas têm baixo impacto sobre a natureza, fazem com que as comunidades caíçaras possam ser definidas como “tradicionais”. (2005: p. 275).*

Segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída em fevereiro de 2007, são considerados povos e comunidades tradicionais:

*Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; (SEPPIR, 2007).*

---

<sup>4</sup> “Criolo era o escravo nascido no Brasil, filho de mãe escrava. A cultura crioula é a expressão na conduta e nos costumes dos imperativos da economia monocultora destinada a produção do açúcar. Ela tem raízes mergulhadas nas matrizes culturais indígena, africana e europeia, mas se contrapõe a todas como um estilo de vida novo, diferenciando-se no modo de olhar do mundo e atuar sobre o meio” (FERRAZ, 2007).

Herdada dos antepassados esta tradição é reatualizada e transmitida oralmente às novas gerações. Diegues fala em tradição não como algo imutável, pois, constantemente, elementos externos da chamada cultura moderna são reinterpretados e adquiridos pelo modo de vida caiçara. Em algumas situações essa adaptação é possível, em outras, põem em perigo as comunidades tradicionais.

Neste pedaço da costa litorânea brasileira, damos ênfase neste trabalho aos grupos caiçaras do município de Iguape que estão divididos em grupos atuantes nos bairros de Icapara, Barra do Ribeira e Rocío.

Cada qual com suas peculiaridades, os caiçaras que hoje vivem principalmente na Barra do Ribeira, eram moradores da região Juréia, área limite entre os municípios de Iguape e Peruíbe, que foram expulsos quando da criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins<sup>5</sup> (1986).

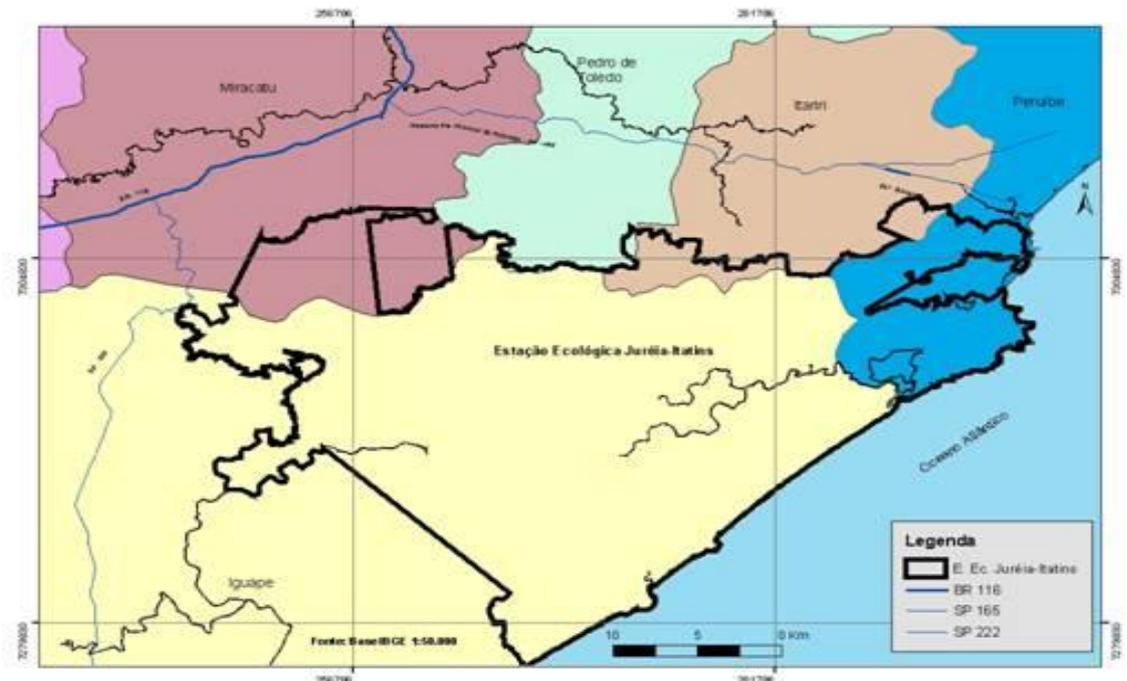


Figura 3 Mapa da Estação Ecológica Juréia-Itatins

Através da União dos Moradores da Juréia (UMJ) e da Associação dos Jovens da Juréia (AJJ), estes ainda lutam para retornar ao seu local de origem. Os residentes da Vila de Icapara são formados por duas ou três famílias que receberam lotes nesta região. Alguns adentraram mais no município e se estabeleceram no bairro do Rocío. Porém, todos ainda guardam e vivem algumas das tradições caiçaras.

<sup>5</sup> Decreto Estadual no 24.646, de 20 de fevereiro de 1986, que foi regulamentado pela Lei nº 5.649, de 28 de abril de 1987 englobou a Serra dos Itatins e aumentou sua extensão para os atuais 79.245 hectares.



IMAGEM 1 – RABECA

É com a rabeca e a viola que os caiçaras realizam os bailes de fandango em festas religiosas, casamentos e outros eventos da comunidade. A rabeca é um instrumento que pode ter de três a seis cordas, variar no tamanho, formato e afinação. Estas são as principais características da rabeca. A ausência de padrões, tanto no material utilizado como no processo construtivo, resultam em um instrumento que, mesmo quando temos dois exemplares iguais, estes apresentam sons diferentes.

A imprevisibilidade da rabeca faz com que sua execução seja enormemente dificultada, obrigando ao tocador o seu aprendizado pela intuição e pela repetição sistemática. Essas particularidades têm afastado as novas gerações do conhecimento da fabricação e execução da rabeca. Hoje, são poucos os caiçaras que possuem a arte da sua confecção e o domínio do toque deste instrumento. Considerando que o processo de socialização se dá ao longo das gerações, aponta Laraia:

*O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo que reflete o conhecimento e a experiência adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam. (LARAIA, 2009: p. 45).*

De que forma esta tradição está sendo repassada? Quais articulações estão sendo desenvolvidas, por grupos organizados, na tentativa de se preservar esta e outras marcas da cultura caiçara? Na busca por estas respostas encontramos alguns artesãos, tocadores ou

simplesmente caiçaras que nestas comunidades apresentaram dificuldades e algumas possibilidades de sobrevivência.

### 3. CONCEITUAÇÃO DE CULTURA, TRADIÇÃO E CAIÇARA

A palavra cultura tem origem no verbo latino *colere*, e significava: o cuidado com tudo que se relacionava a terra, de onde vem o termo agricultura; com as crianças e sua educação, puericultura; e estendia-se também ao cuidado com os deuses, surge o vocábulo culto. “Em latim, *cultura animi* era o espírito cultivado para a verdade e a beleza, inseparáveis da Natureza e do Sagrado” (CHAUÍ, 1994: p.11).

O termo cultura, na concepção moderna, é pela primeira vez definido por Edward Tylor como “este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes, ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (apud LARAIA, 2005: p. 25). Foram muitos os conceitos criados na tentativa de entender o porquê do comportamento humano. Tamanha é a diversidade que contamos com uma ciência para estudar o homem e a humanidade, a antropologia.

Através desses estudos, é possível delinear um pouco como age e como funciona a cultura na organização das sociedades. Neste artigo, ao discutir sobre grupos caiçaras, surge o termo cultura tradicional. O que são as culturas tradicionais? O que as definem como tal? Para o historiador Hobsbawn (1984), a tradição formaliza e ritualiza sempre se referindo ao passado e supondo a repetição dos processos simbólicos. Ele faz uma distinção dos termos tradição, costume e convenção;

*A tradição tem por objetivo e característica a invariabilidade, impondo práticas fixas, normalmente formalizadas, como repetição. Já o costume não impede as inovações e muda até certo ponto, limitado pela exigência de que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente e a convenção não possui função simbólica nem ritual, embora possa adquiri-la eventualmente. (HOBSBAWAN, 1984: p.9-23)*

Segundo Coutinho (2009), o termo tradição carrega consigo ao mesmo tempo um objeto, um produto da atividade humana e sua reprodução ou transmissão no tempo. As concepções metafísicas da cultura enfatizam isoladamente essas características da tradição, desprezando a articulação entre elas que é a práxis criadora na qual o homem transforma a realidade. “Neste sentido, a tradição é compreendida como ‘totalidade’ – síntese dialética

entre sujeito e objeto – contrapõe-se às perspectivas ‘subjetivistas’ e ‘objetivistas’, com base nas quais o pensamento metafísico pensa a cultura”. (COUTINHO, 2009: p. 87). Com isso, constata-se que a transmissão do conhecimento e patrimônio não é um objeto natural ou revelação divina, mas, que é uma atividade de seleção, valoração, interpretação e afirmação do legado cultural construído através da ação humana. E somente, através da atividade humana que cada grupo social vai construir suas tradições, interpretando e se apropriando do passado de acordo com as relações existentes.

*Na cultura brasileira, a compreensão da cultura como tradição aparece como uma tendência marginal, minoritária. O que predomina no pensamento hegemônico é aquela concepção metafísica da tradição que, tendo como objetivo conservar as relações sociais vigentes, pensa a cultura como um objeto, uma peça da coleção ou uma mercadoria, desconsiderando o processo pelo qual o homem por meio de sua práxis criadora transforma ativamente a realidade cultural. (COUTINHO, 2009: p. 88).*

Normalmente tudo que é designado como tradicional, regional e folclórico, do ponto de vista do Estado, são classificados como pertencente a cultura popular. Porém, a discussão sobre a definição da cultura popular é muito mais ampla e difícil. A cultura popular seria a cultura do povo ou para o povo? Já se perguntava Marilene Chauí (1994) quando afirmava a importância de descobrir quem na sociedade designa uma parcela da população como povo e quais os critérios usados para dizer o que é e o que não é popular.

A sociedade identifica a cultura popular com o passado. Esta associação da cultura popular com o passado foi delineada a partir do Romantismo que apontava nela características que a tornaram: primitiva, retomada e a preservação das tradições; comunitarista, a criação popular nunca é individual sempre coletiva; purismo, pois esta não foi contaminada pelos hábitos da vida urbana. (CHAUÍ, 1994: p.19-20). Então, faz parte da cultura popular, conforme a definição oficial ou estatal e a identificação da sociedade, os grupos caiçaras que receberam dos índios e negros uma grande herança linguística, técnicas, mitos e lendas. Aqui definimos através da convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre povos indígenas e tribais que “[...] o termo ‘povos’ caracteriza segmentos nacionais com identidade e organização próprias, cosmovisão específica e relação especial com a terra que habitam”.

Assim, como quilombolas, ribeirinhos, sertanejos e outros, os caiçaras fazem parte das populações tradicionais brasileiras e, como estas, travam lutas diárias pela sobrevivência e conservação. “Os caiçaras, vivendo no interstício da Mata Atlântica e do mar, estuários,

mangues, restingas e lagunas, usando seus recursos naturais para a reprodução de seu modo de vida, construíram um território rico em diversidade biológica e cultural.” (DIEGUES, 2005: p. 275). O território ocupado pelos caiçaras no litoral não é contínuo, trata-se de pequenos núcleos de populações que se desenvolveram de forma esparsa, mas, que têm um mesmo modo de vida, com algumas variações regionais no vocabulário. Por isso, a construção da identidade caiçara, segundo Diegues (2005) é algo recente, começou a ser esboçada a partir das décadas de 1970/1980. Neste período, a criação dos parques naturais e a especulação imobiliária obrigaram aos caiçaras a se organizarem politicamente e lutar pelos seus territórios. Várias comunidades se articularam contra a perda do território, como exemplo, moradores da praia de Trindade no Rio de Janeiro que impediram a instalação de um complexo hoteleiro em 1982; a reação contra a pesca predatória por barcos de arrastos em Mamanguá; no Vale do Ribeira, ainda sem uma solução definitiva, os caiçaras da Estação Ecológica Juréia-Itatins embatem com as autoridades governamentais pelo retorno ao seu território ou para parte dele. A atual Estância Balneária de Ilha Comprida, emancipada de Iguape e Cananéia em 1992, sofre desde a década de 1950 com a especulação imobiliária e a ocupação desordenada do seu espaço geográfico. O único município brasileiro com 100% de seu território pertencente à Área de Proteção Ambiental (APA), criado em 1987 pelo Decreto Estadual 26.881, vive os conflitos entre a gestão ambiental e a necessidade local do desenvolvimento econômico. Pesquisa apresentada em 2008, no IV Encontro Nacional da Anppas<sup>6</sup>, já apontava a especulação imobiliária, que coloca em risco a Zona de Vida Silvestre (ZVS), e, os mecanismos políticos que freiam a implantação de um conselho gestor como entraves na possível realização de um plano de manejo na Estância Balneária. Caso diferente ocorreu com a Ilha do Cardoso, que com a criação do Parque Estadual, em 1962, permitiu aos órgãos do governo que localizassem as terras particulares, para posteriormente declará-las de utilidade pública a fim de desapropriação. Como parque, a Ilha do Cardoso integra a rede de Unidades de Conservação sob a administração da Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo e Fundação Florestal. Conforme ressalta Parada apud Yagui, a parceria entre órgãos públicos e associação dos moradores, convergiu em melhorias na preservação do meio ambiente e da população caiçara.

*Nos últimos anos, com a efetivação do plano de manejo do parque e formação de uma nova rede de parceiros institucionais, esta situação de ingerência se reverteu, transformando-o em uma das Unidades de*

---

<sup>6</sup> ANPPAS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade.

*Conservação brasileiras mais adiantadas tecnicamente, possuindo Plano de Manejo e comitê de apoio à gestão do Parque (2011, p.68).*

Com o Plano de Manejo, concluído em 2001, ficou garantida aos moradores tradicionais a permanência na Ilha, assim como, o uso parcial dos recursos naturais do Parque Estadual. Como resultado desses contatos conflituosos com a sociedade urbana, a identidade caiçara tem sido construída e reconstruída, para muitos moradores tradicionais do litoral tem sido um orgulho se autoidentificar como caiçara.

*Parece paradoxal, mas os neomitos ambientalistas ou conservacionistas, explícitos na noção de áreas naturais protegidas sem população, têm contribuído para o fortalecimento dessa identidade sociocultural, em populações como os quilombolas do Vale do Ribeira e os caiçaras do litoral paulista, que se sentem ameaçados pela criação das áreas protegidas restritivas. Para esse processo tem contribuído também a organização de movimentos sociais, apoiados por entidades não-governamentais. (DIEGUES, 2005: p. 279).*

Essa identidade é entendida na concepção sociológica, formada na interação entre o eu e a sociedade. Onde na explicação de Hall “[...] ‘nós próprios’ nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os ‘parte de nós’, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural” (2003: p.12).

Somente a partir da soma e da compreensão de tais conceitos teóricos é possível compreender um pouco do que é a cultura caiçara e sua formação, assim como, auxilia na tentativa de explicar os processos que hoje permeiam as comunidades do município de Iguape.

## **4. FORMAS DE RESISTÊNCIA**

### **4.1 RABECA, FANDANGO E GRUPO DO ROCIO**

A rabeca é um instrumento musical utilizado em muitas regiões do Brasil, principalmente nas festas religiosas e celebrações das comunidades tradicionais. Fala-se até que ela seria um violino mal acabado, diminuindo a sua importância no cenário musical, porém, o que se sabe é que por ser um instrumento de difícil execução, o rabequista tem que estudar bastante até dominar a técnica para tocá-la. (GRAMANI, 2002) Sem padrões exatos

para a sua confecção, uma rabeca pode ter tamanho, número de cordas, afinação e formatos diferentes, sendo sempre uma peça única. Isso somente é possível graças a sua construção, que é toda artesanalmente realizada por poucos cidadãos de algumas regiões do país.

No litoral sul de São Paulo e norte do Paraná, as rabecas são utilizadas pelos grupos caiçaras no fandango. Associado à organização dos mutirões, o fandango era uma espécie de baile com muita comida, mas também, era o momento de diversão e socialização das comunidades. Algumas definições do fandango foram ditas pelos caiçaras de Iguape: “Então, fazia aquele mutirão, cheio de gente para plantar, colher ou construir e à noite *rufava* [sic] o povo a dançar no meio da sala. O tocador de viola e o tocador de rabeca ficavam assentados lá no canto da sala grande e começavam a tocar para o povo dançar”. (Entrevista concedida em 12/03/2013 por André S. Martins). Para Pedro Sardinha do Prado, morador da Barra do Ribeira, era um momento de encontros e trocas:

*Ali, ele vai ter comida farta, vai reencontrar os amigos, contar histórias e dar muitas risadas. É um momento de encontro de várias famílias para ajudar o outro. Naquele fandango, já fica marcado quando será o próximo e assim, fica tendo estas trocas de favores entre as comunidades e que vai dando seguimento para a vida. (Entrevista concedida em 11/03/2013).*

Com a transformação de grandes áreas em unidades de conservação ambiental de proteção integral, os mutirões se tornaram cada vez mais raros. A impossibilidade da realização dos mesmos nos sítios, a proibição da extração da madeira, dificultando a construção dos instrumentos utilizados no fandango, obrigou os caiçaras a migrarem para as periferias de seus municípios. “Quando a gente tinha o nosso território, falo território porque isto abrange todo o conhecimento não só de plantio na terra, mas a questão da dança, da música, do saber, do conhecimento, de um monte de coisa que o território ocupa num espaço muito maior” [...] (Entrevista concedida em 11/03/2013 por Dauro do Prado). A saída de suas terras desarticulou importantes núcleos organizadores de fandango e conseqüentemente a perda das referências caiçaras.

Atualmente, diante das limitações da nova realidade, os caiçaras encontraram novas formas de vivenciar a sua cultura, através da organização de clubes, bailes, festas comunitárias, formação de grupos artísticos adultos e infantis, diversas associações de fandagueiros e de cultura caiçara.

O grupo de fandango do Rocio vem somar às iniciativas tomadas na Barra do Ribeira e no Icapara, dando continuidade e preservando traços importantes da cultura caiçara. Seus integrantes, Néelson de Souza Rangel, Jessé de Souza Barbosa, Adail Horácio Ribeiro e Lucas

Rangel, tocaram por muitos anos no tradicional salão de fandango da cidade de Iguape o “Sandália de Prata<sup>7</sup>”. Agora, o grupo se apresenta aos domingos no salão próprio do senhor Nelson Rangel. “No Sandália de Prata era fandango que tocava lá, agora é forró. Então, construí o salão aqui em frente minha casa para bailes só de fandango e fizemos o grupo para tocar” (Entrevista concedida 12/03/2013).



IMAGEM 2 Nelson de Souza Rangel e Aparecida Rangel

Eles também realizam durante os dias 26 de dezembro a 06 de janeiro a *folia de reis*, ou *reisada*, ou até mesmo *reiada*, romaria religiosa que simboliza a busca dos três reis magos ao menino Jesus. Com a encenação da vinda dos Reis Magos, versos são cantados por todos seguindo a voz do puxador, que de casa em casa vão repetindo, saudando os moradores e recebendo as prendas. “Em casas mais tradicionais é feita uma homenagem à bandeira do Reisado, algumas orações e bênçãos e cantam todos juntos agradecendo. E assim continua pela noite a fora” (BRANCO e CASEIRO, 2005: p.130).

Sem muita influência junto a órgãos públicos, o grupo foi idealizado por um padre da paróquia que sugeriu e apoiou a realização do evento. Senhor Nelson Rangel fala com

---

<sup>7</sup> Fundado em 1986, por Maria das Neves, o clube Sandália de Prata tem bailes de fandango todos os sábados à noite.

preocupação como fará este ano a reisada, já que o principal colaborador, o padre, foi transferido para outro município.

*Nossa oportunidade era o Padre Arenildo, mas, ele foi embora. Porque o padre é uma autoridade né, que sabe como e aonde chegar para ajudar a gente. Ele foi transferido para a Barra do Turvo. Foi ele que começou esta reiada aqui. Ele falou comigo e eu disse que ia me aprontar e deu certo. Já faz seis anos que a gente faz aqui no Rocio. Como mudaram os padres das cidades, este que veio agora pelo jeito não vai ajudar. Falei com ele para ajudar a gente para ver se conseguia uma verba para o nosso grupo, mas, até agora nada. (Entrevista concedida em 12/03/2013 por Nelson de Souza Rangel).*

Em respeito à religião (católica) durante os quarenta dias da quaresma não há bailes. Na quarta-feira de cinzas, quinze para meia noite, todas as cordas dos instrumentos são soltas e os mesmos ficam dependurados na parede. Somente no sábado de aleluia, após as nove da noite, os instrumentos são retirados da parede e afinados para o baile. Crenças e tradições, como esclarece o frequentador de bailes de fandango, Benedito Mauro: “Agora neste período [quaresma] não pode dançar que cria rabo. É coisa dos mais antigos, né? Eles contam que teve um casal que foi dançar durante a quaresma, quando acabou o baile e eles foram sair o homem e a mulher estava com rabo” (Entrevista concedida em 12/03/2013).

Quem tem muita história para contar é o artesão Osvaldo Agostinho Rodrigues, nascido em Iguape, mas foi ainda criança para Paranaguá, retornando a sua cidade de origem já adulto. Morador do bairro do Rocio, hoje, senhor Osvaldo é um dos poucos que confecciona a rabeca. Assim, como os outros caiçaras, ele aprendeu a fazer o instrumento com uma pessoa mais velha da família, no seu caso, um tio. Do seu pai aprendeu a tocar, como o mesmo explica: “Não, meu pai não sabia fazer nada, nem um cabo de foice. Eu aprendi com o meu tio. O meu tio era carpinteiro. A primeira viola que eu fiz foi com a ajuda dele. Já tocar, eu aprendi com o meu pai. Meu pai era tocador de rebeca [SIC]. Aprendi com ele”. (Entrevista concedida em 12/03/2013)



IMAGEM 3 Osvaldo Agostinho Rodrigues

Com um casal de filhos, e uma sobrinha que adotou como filha, senhor Osvaldo não conseguiu repassar os conhecimentos adquiridos adiante na família, porém, participou de uma oficina realizada pela prefeitura onde ensinava as técnicas de construção da rabeca. “Agora em casa tem minhas netas. Eu falo para elas me ajudarem, se interessaram, mas não querem. Então, eu ensinei na oficina lá na casa do patrimônio. Foi por contrato de um mês e quinze dias”. (Entrevista concedida em 12/03/2013).

Osvaldo há muito tempo (quarenta anos, tempo em que começou a fazer parte da igreja Congregação Cristão do Brasil), deixou de tocar e participar dos bailes de fandango, mas com um pouco de esforço consegue se recordar da preparação e de algumas modas cantadas na sua época de mocidade, como o mesmo diz:

*Eu era solteiro nesta época. Era tudo com muito respeito. Chegava carnaval e minha mãe aprontava a gente e fazia aquele monte de bolo de roda. Meu pai matava e tirava aquela carne que era fritada na banha. Deixava tudo preparado para sair no carnaval. A gente dançava, comia e ali mesmo já jantava e pulava carnaval até amanhecer o outro dia. (Entrevista concedida em 12/03/2013 por Osvaldo A. Rodrigues).*

“As letras falavam às vezes do causo que acontecia né. Como do rapaz do sítio que namorava uma moça, então ele inventava uma moda assim”:

*Amigo me convidou*

*Pro baile na cachoeira*

*Como não tínhamos canoa*

*Nós fomos de voadeira*

*Fomos no sábado de tarde*

*Voltamos na segunda-feira*

*Deixei meu nome pra ela*

*Na sombra de uma roseira.*

“Tinha uma bem antiga que dizia assim”:

*Ventinho que está ventando*

*Não me traga mais saudade*

*Eu fico apaixonado*

*Quando venta assim de tarde.*

(Entrevista concedida em 12/03/2013 por Osvaldo A. Rodrigues).

## **4.2 UNIÃO DOS MORADORES E ASSOCIAÇÃO JOVENS DA JURÉIA**

Com a criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins, em 1986, cerca de 14 comunidades foram obrigadas a deixar seu território e a se estabelecer em bairros dos municípios de Iguape e Peruíbe. Já nesta época, algumas pessoas se organizaram e criaram a União dos Moradores da Juréia com o intuito de lutar pela permanência em suas terras.

Representante da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, Dauro Prado, é um dos muitos que foram expulsos do seu território. Hoje, atua junto a UMJ e ajudou a criar a Associação Jovens da Juréia (AJJ).

*Nós organizamos via associação para defendermos os nossos direitos. Alguns especialistas falavam para a gente: para vocês continuarem morando aqui você tem que mudar a lei porque a lei não permite a presença da população. A gente mora aqui há oito gerações e agora não podemos mais ficar. Então criamos a União dos Moradores da Juréia e começamos a brigar pedindo para o governo re-categorizar ou excluir as nossas áreas. Que fossem excluídas da área da Estação Ecológica aonde houvesse comunidades para que permitisse a nossa permanência lá. Fomos fazendo este trabalho na Assembleia, nos seminários onde a gente participava. A gente divulgava e falava que precisava de apoio porque as nossas vidas, a*

*nossa cultura estava sendo acabada, dizimada. Por fim, criamos a AJJ para ajudar a União dos Moradores da Juréia nestas questões da cultura, do conhecimento das plantas medicinais, de como mexer com a terra. Como a maioria das comunidades da Jureia vieram para cá [Barra do Ribeira] a gente fez a Associação aqui. (Entrevista concedida em 11/03/2013 por Dauro Prado).*

A AJJ, criada em 1992, está voltada à organização de oficinas de dança, música, confecção de rabeca, viola, pandeiro, artesanato e outras atividades caiçaras. Na sua segunda geração de exilados da Juréia, a Associação tem como presidente Marcos Prado, filho do Dauro. O jovem relata as experiências de ter convivido com as lutas de seu avô e de seu pai frente às comunidades caiçaras e a importância de continuar, através dele e de outros jovens, esta luta.

*A AJJ já tem vinte anos de discussões sobre cultura caiçara e políticas públicas. Hoje, eu, Heber e o Pedro estamos na continuidade deste trabalho e aprendemos estando junto com o movimento. A gente é filho do movimento. A gente cresceu dentro desta discussão, da busca por uma nova política que isto é fato e que a juventude tem que estar ciente disso. Porque chegou um momento em que meu pai e outros daquela época tiveram que sair e nós tivemos que assumir estes papéis, e tocar a AJJ. Agora a busca é por outros jovens que possam tocar isto também. (Entrevista concedida em 11/03/2013 por Marcos do Prado).*

Membros da mesma família, os primos Marcos, Heber e Pedro, são alguns dos jovens que darão continuidade nos trabalhos de luta e preservação da cultura caiçara. Cientes de suas responsabilidades, eles reconhecem e sabem que para preservar as tradições é preciso conservar as relações familiares dentro dos seus territórios.

*As culturas tradicionais falam muito disso. Deste vínculo forte com a família. Os indígenas, os quilombolas também têm esta ligação muito forte com a família, com a terra. Uma das importâncias de se preservar a cultura caiçara que aqui na nossa região é uma das mais fortes é esta questão mesmo de preservar as famílias. Porque muitas das pessoas que saíram da Juréia e acabaram no mundo das drogas é porque lá dentro, no território caiçara, o pai falava e o filho obedecia, não tinha quem falasse ao contrário dele. Fora daquele convívio, o pai fala, tem cinco falando ao contrário que é interessante as drogas, pouco se preocupando com a família dessa pessoa. Então, a preservação da cultura não é só o fandango, os mutirões, mas, é a pessoa caiçara, a identidade e o grupo no qual ela faz parte. (Entrevista concedida em 11/03/2013 por Heber do Prado Carneiro).*



IMAGEM 4 Marcos Prado; Pedro Sardinha do Prado e Heber do Prado Carneiro

Em 2005, com o apoio do Ministério da Cultura, foi criado um centro de cultura caiçara. Atuando como um Ponto de Cultura<sup>8</sup>, os jovens encontraram dificuldades em fazer às prestações de contas, pois como os mesmos confirmaram, era a primeira vez que lidavam com um projeto de tamanhas proporções. “Quando muda a gestão do MINC, mudam as pessoas e com isso era novas prestações de contas, outros papéis eram pedidos e a gente sempre ia respondendo. Nós nunca tínhamos trabalhado com isso” (Entrevista concedida em 11/03/2013 por Marcos Prado).

Com a ajuda de outros parceiros, a AJJ constrói um espaço próprio com recursos advindos de projetos e ações desenvolvidas por seus membros. Como uma parte do dinheiro, por exemplo, usada para o acabamento e conclusão do centro de cultura, que foi conseguido graças a uma inserção no site *catarse.me*, que funciona através do *Crowdfunding*, uma espécie de financiamento coletivo. Em 55 dias foram arrecadados 38 mil reais, o que agora parece ser o suficiente para colocar em funcionamento o centro novamente. “Queremos terminar para podermos gerar frutos. A ideia é trazer os jovens para cá, fazer seminários e ser mais uma ferramenta para a comunidade se reunir, usar o espaço, para ser um centro de referência da

<sup>8</sup> Ponto de Cultura é a ação principal de um programa do Ministério da Cultura chamado Cultura Viva, concebido como uma rede orgânica de gestão, agitação e criação cultural. O Ponto de Cultura não é uma criação de projetos, mas a potencialização de iniciativas culturais já existentes.

cultura caiçara onde as pessoas busquem por informações” (Entrevista concedida em 11/03/2013 por Marcos Prado).

O conhecimento caiçara é algo transmitido de geração para geração de forma oral e através da vivência em comunidade. Hoje, os herdeiros sabem que muita coisa mudou e muitas das características da cultura caiçara se perderam com a saída de seus territórios, com a chegada dos turistas em suas áreas, resultando na perda da própria identidade.

### **4.3 NÚCLEOS DE ICAPARA E VILA NOVA**

Em 1520, sobreviventes de um ataque indígena na Vila de Boa Esperança (localizada na atual Argentina) migraram para o extremo sul das terras delimitadas pelo Tratado de Tordesilhas. Passados alguns anos, para este mesmo local vieram portugueses descontentes com a Coroa fugidos de São Vicente e, junto aos índios Temiminés, formaram um povoado de nome Icapara (em tupi-guarani, significa “água e mato que correm para o mar”). Povoado que se beneficiou principalmente da pesca, está situado na foz do rio Icapara, às margens do Mar Pequeno.

Há alguns anos Icapara vem passando por transformações, que mudaram as características do local e o modo de vida da população. A vila antigamente constituída na sua maioria por casas de pau-a-pique, hoje, deram lugar a casas de alvenaria e muitas dessas pertencentes a veranistas. Na pesquisa realizada por Nice Lecocq Müller em 1949, geógrafa, detalhava como eram as habitações dos moradores daquele lugar. “O tipo de habitação mais comum é o de pau-a-pique simples, vindo depois o de pau-a-pique barreado e, em proporção menor, a casa de madeira ‘Construída de tábuas rústicas, preparadas com serra de mão, com madeira trazida dos morros’” (MÜLLER apud DIEGUES: 2005 p.100).

Com a chegada do asfalto na estrada<sup>9</sup> que liga o centro da cidade de Iguape à vila e os paralelepípedos nas ruas e vielas, trouxeram, além da rápida locomoção por terra aos moradores, os turistas que compraram casas e terrenos onde encontramos pousadas e hotéis. Muitos dos tradicionais caiçaras passaram a ser caseiros e empregados domésticos de patrões que aparecem esporadicamente.

A relação com a pesca ainda é um traço marcante e muito vivo na comunidade caiçara de Icapara, como também, nas vilas vizinhas que se formaram posteriormente. A Vila Nova é

---

<sup>9</sup> Estrada do Icapara com 12,5 Km liga o centro de Iguape à Vila do Icapara.

uma dessas extensões que surgiram ao longo da estrada que perpassa pelo povoado e segue em direção à Barra do Ribeira.

No marco da fundação da vila, próximo ao porto, encontro o pescador José Carlos Trudes, num paciente processo de retirar da rede as poucas manjubas que conseguiu pescar no Mar Pequeno neste dia. Ele me explica que o período da manjuba está acabando e que em abril ela entra no defeso. Por causa das águas frias que chegam neste mês as manjubas somem, mas, então vêm as tainhas. Apesar de não faltar peixe para a realização do seu trabalho, ele confirma um tipo de transação que ainda permeia as comunidades caiçaras.

*A gente pesca coisa pouca, então, o que vem a gente entrega para o atravessador que leva para as peixarias. Quando pescamos bastante a gente entrega para o patrão a quatro reais o quilo. Mas, agora, no final sempre o preço sobe. Mas quem ganha mesmo é o atravessador, né? Quem pesca não ganha nada. Só leva sol na cara. Ganha quem leva para São Paulo. (Entrevista concedida em 12/03/2013 por José Carlos Trudes).*

Müller já apontava esta dependência financeira que os caiçaras desenvolviam com aqueles que chamam de “patrão”.

*O patrão fornece-lhes tudo de que necessitam mediante crédito, as contas sendo saldadas por ocasião da colheita, com o dinheiro obtido com a venda desta ou, frequentemente, com o próprio produto. Pelo crédito, o ‘patrão’ garante a freguesia; pela relação dupla de fornecedor e comprador, ao mesmo tempo, tem uma posição extremamente vantajosa. (MÜLLER apud DIEGUES: 2005 p. 105).*

É a partir desta forma de transação comercial que se dá parte da renda das famílias caiçaras. Seus conhecimentos artesanais, de pesca, da própria floresta e seus remédios são comercializados sem trazer nenhum benefício maior para seus conhecedores do que simplesmente alguns reais a mais no final do mês. Pedro Martins, pescador e funcionário público municipal aposentado, atualmente confecciona redes para pesca e entrega mensalmente a uma loja de material esportivo da cidade de Ilha Comprida. Ele sabe que as técnicas aprendidas com seu pai, hoje são conhecidas por poucos, e que uma rede ‘feiticeira’ de três panos com 50 metros, quando vendida a cinquenta reais, não consegue expressar realmente o valor do seu trabalho e conhecimento. “Hoje são poucos os que sabem fazer os vários tipos de redes. Infelizmente, como tem pouca procura por redes a gente se garante entregando para a loja. A gente sabe que lá, ela [a rede] vai ter um valor bem maior, mas assim, não falta comprador.” (Entrevista concedida em 12/03/2013 por Pedro Martins).



IMAGEM 5 Pedro Martins



IMAGEM 6 João Carlos Trudes

Na Vila Nova, encontramos Walter Alves de Lima, seu filho Odirlei Alves de Lima e o senhor Florêncio Estevão Franco que são nomes tradicionais conhecidos na confecção da rabeça na região. Durante entrevista com Odirlei A. de Lima, cidadão engajado nas lutas de preservação e melhorias da comunidade, ele falou dos projetos realizados e das dificuldades de mantê-los em funcionamento. Utilizando um espaço do salão comunitário da igreja, a pequena oficina guarda as madeiras e conta apenas com uma serra elétrica e ferramentas. “Aqui na Vila nós temos um espaço, uma serra, um monitor e um grupo de pessoas que se eu chamar, por exemplo, amanhã estarão todos para trabalhar. Só falta mesmo uma ajuda para bancar algumas despesas enquanto produzimos” (Entrevista concedida em 12/03/2013 por Odirlei A. de Lima). Ele explica que para o artesanato não é necessário muita madeira, por isso, são retiradas da mata onde vivem. Porém, em casos de projetos maiores, as madeiras são compradas de pessoas que têm autorização do IBAMA para realizar o manejo. O manejo da caixeta é para os caiçaras algo que acontece naturalmente e há muito tempo feito por eles. “Porque a caixeta é assim, você corta o tronco, depois nascem vários brotos nele. É isso, o manejo da caixeta. Mas, o pessoal do IBAMA complica muito, acho que eles não entendem que não precisa plantar uma muda para nascer outra” (Entrevista concedida em 12/03/2013 por Odirlei A. de Lima).



IMAGEM 7 Caixeta

A mata sempre teve grande importância na vida dos caiçaras, pois dela retiravam madeiras para a construção de casas, barcos, canoas e outros utensílios. Por isso, guardam grande conhecimento sobre a mata, como aponta Loureiro Fernandes (1947) ao falar dos caiçaras do litoral paranaense: “A maioria dos pescadores tem noções muito precisas, não só quanto à propriedade dos vegetais, como também quanto às características físicas de seu lenho” (FERNANDES apud DIEGUES, 2005: p. 291).

Um das características das comunidades caiçaras é a oralidade, essencial, para a transmissão do conhecimento entre as gerações.

*A sociedade caiçara, assim como outras populações tradicionais não urbanas são marcadas pela oralidade, e raramente deixam marcas escritas. A sua história pode ser recuperada pela memória dos mais velhos e transmitidas às gerações seguintes por relatos orais. (DIEGUES: 2005, p. 30).*

Assim, quando perguntado como aprendeu confeccionar a rabeca, Odirlei não teve dúvida ao responder que foi através do seu pai que conheceu a técnica. Porém, quando questionado se sabia tocar o instrumento, o mesmo lamenta a dificuldade que é aprender: “O grande problema do caiçara é que ele não sabe ensinar o outro a tocar porque ele aprendeu de ouvido. Ouvindo o outro tocar, então, não tem uma técnica de ensino. Ele não sabe passar para um filho ou um neto, por exemplo.” (Entrevista concedida em 12/03/2013 por Odirlei A. de Lima).

A tradição é constantemente reatualizada e transmitida às novas gerações com novos elementos. Como acrescenta Odirlei:

*Na Ilha Comprida, eles têm professores com formação, aí em dois anos eles conseguiram montar uma camerata, como se fosse uma orquestra de rabeca. Com método fica mais fácil aprender. Já os caiçaras, chegam, tocam, e as crianças têm que pegar de olho, vendo e ouvindo”. (Entrevista concedida em 12/03/2013 por Odirlei A. de Lima).*

O artesão lembra, com nostalgia, o tempo em que na comunidade era possível montar dois times de futebol inteiros e ainda ter jovens do lado de fora aguardando para jogar. “Hoje, a gente joga num espaço bem pequeno com alguns meninos bem mais novos e com times de cinco pessoas somente. A maioria foi embora. Foi para Curitiba, São Paulo, saíram todos, não ficou ninguém”. Sem opções e sem incentivos, jovens e adultos caiçaras deixam suas comunidades e vão para os grandes centros urbanos em busca de emprego, qualificação e melhores condições de vida, o que nem sempre encontram.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das entrevistas e da observação participante foi possível verificar em qual situação se encontram alguns grupos caiçaras do município de Iguape. Muitas foram as falas que demonstraram certo abandono por parte dos órgãos públicos e até mesmo das novas gerações que não se interessam em conhecer e preservar as tradições das comunidades caiçaras. Com base no corpus analisado, constata-se que vários são os indícios de que as possibilidades de se preservar as características da cultura caiçara, aqui, mais especificamente a confecção e o tocar da rabeca estão morrendo juntamente com seus mestres. Sem apoio político, mais e mais a cultura caiçara está sendo renegada pelas novas gerações que não vêm perspectivas dentro das suas comunidades e partem para as grandes cidades. É claro que ações vistas neste artigo são de extrema importância na tentativa de manter, mesmo que pequena, a chama das tradições.

Iniciativas que partem dos próprios caiçaras têm tentado manter as características da cultura, através de representantes que atuam das mais diferentes formas na luta pela preservação de suas comunidades. Há a Associação Jovens da Juréia, que já está com a segunda geração de caiçaras na direção, e que tem atuado no intuito de devolver à população caiçara o território desapropriado quando da criação da estação ecológica. Eles também estão próximos de concluir o centro de cultura caiçara, onde, conforme explicaram, será um espaço de referência e pesquisa sobre a cultura, mas, principalmente um lugar de socialização dos membros da comunidade com oficinas de artesanatos e instrumentos, palestras, cursos de culinária e bailes de fandango.

No Icapara e na Vila Nova, o telecentro, espaço de acesso à internet, tem ajudado a atrair as crianças e os jovens que, além de navegar, participam de atividades artesanais e preservação das tradições caiçaras num espaço cedido pela igreja local. Eles têm buscado, representados neste artigo por Odirlei Alves de Lima, parcerias com os órgãos públicos e organizações não governamentais, que possam auxiliá-los na manutenção fixa de um espaço, para desenvolver atividades sobre a cultura caiçara com as crianças e jovens da comunidade e dos bairros próximos.

No bairro do Rocio as tradições caiçaras são resgatadas através do grupo de fandango, que leva o nome do bairro. Os bailes acontecem aos domingos no salão construído na casa do violeiro do grupo. Atualmente, é dessa forma que tem se organizado os bailes de fandango, com grupos se apresentando em salões de festas. Fora do contexto original em que eram realizados, os bailes de fandango eram oferecidos como pagamento aos companheiros que

ajudavam nos mutirões de roçado, pesca e colheita. Com a saída de seus territórios e com as restrições ambientais, os caiçaras passaram a criar grupos infantis e adultos para as apresentações.

Núcleos distintos em atuação, mas com uma mesma matriz cultural, agem com os conhecimentos e instrumentos possíveis na tentativa de preservar e reinventar a identidade caiçara. Nas culturas tidas como popular, percebemos como são lentas as transformações nas formas de se organizarem. Mesmo lentamente, estas mudanças acontecem, às vezes com perdas de características ou ganhos de outras externas, esta é uma característica da própria cultura, a dinamicidade. Na cultura caiçara do município de Iguape as transformações aconteceram de forma abrupta, primeiro com a especulação imobiliária em suas áreas de sobrevivência e depois com a saída de seus territórios, perdendo mais do que a terra, a referência como comunidade caiçara. Obrigados a se estabelecerem em outros bairros, ficaram à margem, expostos aos componentes da chamada cultura moderna.

Encontramos alguns personagens, como o senhor Osvaldo A. Rodrigues, que confecciona muitos dos instrumentos utilizados pelo Grupo de Fandango do Rocio. Osvaldo que há quarenta anos deixou de participar das folias e dos bailes do fandango ao se converter a doutrina da igreja Congregação Cristã do Brasil, mas que ainda realiza o trabalho de artesão construindo vários instrumentos musicais. Ele guarda na memória as histórias e músicas fandangueiras e se entristece ao confirmar que não conseguiu passar seu conhecimento para nenhum dos filhos. Mas, até que ponto o artesão pode se dizer triste por não ter transmitido seu conhecimento aos seus descendentes? Se o mesmo há muito tempo deixou de fazer parte das tradições caiçaras e perdeu com isso o direito dado aos mestres dessas comunidades como guardiões dos conhecimentos e técnicas caiçaras.

Na Barra do Ribeira, as práticas de confecção da rabeca estão sendo transmitida pelos descendentes da família Prado, alguns entrevistados para este artigo. Na Vila Nova, o pai Walter Alves de Lima e o filho Odirlei, juntamente com o mestre Florêncio Franco, formam um grupo importante de construtores de instrumentos. Eles montaram, em parceria com o projeto Artesol, um Rancho Caiçara para a venda de artesanato. Mesmo com as restrições ambientais para o corte da caixeta, principal madeira utilizada na fabricação de instrumentos musicais e outros utensílios caiçaras, ainda assim encontramos alguns mestres artesãos que guardam os saberes e a técnica ancestral da confecção da rabeca. Com a proibição, as madeiras passaram a ser compradas de áreas de manejo.

Por fim, constata-se que estas comunidades vivem em um ambiente de contradição, onde a preservação das áreas em que habitam como reservas e parques ecológicos, diminuem

e/ou dificultam a existência e a continuidade das suas principais atividades. Assim, a confecção de uma rabeca, dentro destes ambientes, é praticamente impossível, já que a extração da principal madeira utilizada é proibida. Os mutirões de roçado, que por fim aconteciam os bailes de fandango, também deixaram de existir, pelo menos dentro deste contexto. É uma batalha diária entre a preservação ambiental e as comunidades caiçaras. Podemos até afirmar que muito do que tem sido feito para manter as tradições dessas comunidades nasceu deste embate, já que após a transformação de seus territórios em reserva ecológica e a obrigatoriedade de sair dessas terras fez com que grupos, famílias e associações se organizassem na defesa pelos seus direitos. Neste contexto nasceram os primeiros esboços de uma identidade caiçara, conforme Diegues (2005), algo recente que surgiu a partir da década de 1970/80 com a criação dos parques naturais e da especulação imobiliária em seus territórios. É quase impossível não se questionar se uma possível vitória das comunidades caiçaras de Iguape, fazendo com que retornassem às suas terras, não faria com que perdessem suas identidades. Talvez, mas hoje, o que encontramos são alguns representantes dispostos a manter e a lutar pela preservação das tradições caiçaras.

Como salvar a rabeca dentro desta realidade?

Desde 1989, a UNESCO estabeleceu a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, na tentativa de criar e consolidar mecanismos que reconheça e defenda o patrimônio imaterial de várias comunidades e povos. Uma das formas de preservar a rabeca seria transformá-la em patrimônio imaterial, assim como a viola caipira, o acarajé e o tambor de crioula do Maranhão que hoje são preservados desta forma. Segundo o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) o patrimônio imaterial é aquele conhecimento transmitido de geração a geração, recriados em comunidades em função de seu ambiente histórico e natural, que gera identidade e continuidade nesses grupos sociais. Desta forma não só a rabeca (instrumento musical), mas todo o processo que a envolve, sua confecção, a prática do tocar, os conhecimentos técnicos, os lugares culturais que lhes são associados, enfim, todo o contexto em que está inserida seria possível de preservação. Mais do que isso, as próprias comunidades locais teriam condições para a identificação, a preservação e a continuidade da transmissão deste patrimônio intangível.

## 6. REFERÊNCIAS

ABREU, J.C. de. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

ADAMS, C. *As roças e o manejo da Mata Atlântica pelos caiçaras: uma revisão*. Interciencia MAY-JUN 2000, VOL. 25 N° 3. Disponível em: [http://www.interciencia.org/v25\\_03/adams.pdf](http://www.interciencia.org/v25_03/adams.pdf) Acesso em: 30 mar. 2013.

BRANCO, Alice; CASEIRO, Fernando. *Cultura Caiçara: resgate de um povo*. Peruíbe: Etecê, 2005.

CARIA, Telmo H. A construção etnográfica do conhecimento em Ciências Sociais: reflexividade e fronteiras. In: \_\_\_\_\_. *Experiência etnográfica em Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento, 2002. Pág. 9-20.  
Disponível em: [http://home.utad.pt/~tcaria/actividades\\_interesses/expetno.pdf](http://home.utad.pt/~tcaria/actividades_interesses/expetno.pdf) Acesso em: 01 de mai. 2013.

CARNEIRO, Rafaelle R. S. *A pesca da manjuba (Anchoviella lepidentostole) e o canal do Valo Grande: uma relação de (des) continuidades em Iguape-SP*. 2006, 156f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.  
Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-16072007-120634/> Acesso em: 22 de mar. 2013.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

COUTINHO, Eduardo Granja. Os sentidos da tradição. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. (Orgs.). *Comunicação e cultura das minorias*. São Paulo: Paulus, 2005.

DIEGUES, Antonio C. Esboço de História Ecológica e Social Caiçara. In: \_\_\_\_\_. *Enciclopédia Caiçara*. São Paulo: Hucitec/Nupaub, 2005.v. 4, pág. 273-319.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. (Orgs.). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005.

FERNANDES, José L. Contribuição à Geografia da Praia de Leste. In: DIEGUES, Antônio C. (Org.). *Enciclopédia Caiçara*. São Paulo: Hucitec/Nupaub, 2005. v. 4, pág.131-147.

FERRAZ, Conceição. *Identidade Crioula*. Disponível em: <http://www.ladjanebandeira.org/cultura-pernambuco/identid-crioula.html> Acesso: 02 de mai. 2013.

FERREIRA, M. N. *Alternativas Metodológicas Para a Produção Científica*. São Paulo: CELACC-ECA/USP, 2006.

GRAMANI, José E. *Rabeca, o som inesperado*. Daniella Gramani (org). Curitiba: Optagraf, 2002.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HOBBSAWM, Eric. “Introdução” In: HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9-23.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 18. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

MAGALHÃES, N.W. *Descubra o Lagamar*. 2. ed. São Paulo: Terragraph, 2003.

MÜLLER, Nice L. Uma vila do Litoral Paulista – Icapara. In: DIEGUES, Antônio C. *Enciclopédia Caiçara*. São Paulo: Hucitec/Nupaub, 2005. v. 4, pág. 99-147.

SANO, N. N. *Estudo comparado da gestão das visitas nos Parques Estaduais Turísticos do Alto da Ribeira (PETAR) e Intervales (PEI)*. 130f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: [www.teses.usp.br/teses/.../8/.../TESE\\_NARA\\_NANAE\\_SANO.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/.../8/.../TESE_NARA_NANAE_SANO.pdf) Acesso em: 09 mar. 2013.

SIMÃO, Azis; GOLDMAN, Frank. Itanhaém: estudo sobre o desenvolvimento econômico e social de uma comunidade litorânea. In: DIEGUES, Antônio C. (Org.). *Enciclopédia Caiçara*. São Paulo: Hucitec/Nupaub, 2005. v. 4, pág. 107-130.

SOUZA, M.R. *Etnoconhecimento caiçara e uso de recursos pesqueiros por pescadores artesanais e esportivos no Vale do Ribeira*. 102f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Agroecossistemas) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2004. Disponível em : <http://www.mongue.org.br/olhar/academia.html#processo> Acesso em: 21 mar. 2013.

YAGUIU, Sílvia. *Povos e Comunidades Tradicionais em Áreas de Proteção Integral no Brasil: conflitos e direitos*. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/levantamentoconf.pdf> Acesso em: 01 mai. 2013.

## WEBGRAFIA

ARARIPE, Carlos. A; FIGUEIREDO, Paulo J. M; DEUS, Adilson S. de. *Zoneamento de APA. Preocupação com a capacidade de suporte ou garantia da ação antrópica capitalista? O caso de Ilha Comprida, Litoral Sul de São Paulo*. In: IV Encontro Nacional da Anppas, 2008. Brasília. **Anais...** Brasília: Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (Anppas), 2008. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT8-643-474-20080430014911.pdf> Acesso em: 01de mai. 2013.

Diário de Iguape. Disponível em: <http://diariodeiguape.com/2009/12/30/protesto-fecha-estrada-turistica-de-acesso-a-jureia-pelo-municipio-de-peruibe/> Acesso em: 22 de mar. 2013.

Fundação Nacional do Índio. Disponível em: [www.funai.org.br](http://www.funai.org.br). Acesso em: 25 fev. 2013.

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS, 2006. Disponível em: [www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br). Acesso em: 25 fev. 2013.

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em: [http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/hist/hist\\_203.pdf](http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/hist/hist_203.pdf) Acesso em: 28 fev. 2013.

Imigração Japonesa. Disponível em: [http://www.japaobrasil.com.br/historia\\_imigracao/259.php](http://www.japaobrasil.com.br/historia_imigracao/259.php) Acesso em: 25 fev. 2013.

Ministério da Cultura. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2011/02/03/pontos-de-cultura-12/> Acesso em: 26 de mar. 2013.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/territorio.php?ac=buscar&base=1&abr=tr&reg>. Acesso em: 25 fev. 2013.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Disponível em: <http://www.unesco.org.br>. Acesso em: 25 fev. 2013.

Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/node/292>  
Acesso em 22 abr. 2013.

Prefeitura Municipal de Eldorado. Disponível em: [http://www.eldorado-sp.com.br/cidade\\_dados\\_gerais.asp](http://www.eldorado-sp.com.br/cidade_dados_gerais.asp). Acesso em: 25 fev. 2013.

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Disponível em:  
<http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais-1> Acesso em: 23 abr. 2013.

Universidade Federal do Paraná. Programa Vale do Ribeira. Disponível em:  
<http://www.valedoribeira.ufpr.br/mapas.htm#> Acesso em: 21 abr. 2013.

